



**MANFREDO DE SOUZANETTO**

*É PROIBIDO ARRANCAR OU DANIFICAR MONTANHAS, INTERVENÇÃO URBANA, BELO HORIZONTE, 1975.*

# “SOMOS ATINGIDOS TODOS OS DIAS”: OS EFEITOS DOS DESASTRES NA COMUNIDADE DE PARACATU DE BAIXO (MG)

GABRIELA DE PAULA MARCURIO

**RESUMO** O objetivo deste artigo é descrever como a vulnerabilidade das(os) atingidas(os) pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, foi intensificada com o rompimento da barragem B1, em Brumadinho. A partir de pesquisa de campo realizada com a comunidade de Paracatu de Baixo, verifiquei como a rotina foi alterada por outro desastre em Minas Gerais. Meu argumento é que mesmo a lama de rejeitos não alcançando o município de Mariana, os moradores foram perturbados novamente. Um desastre remete ao outro, na medida em que os moradores acionam a memória para compor narrativas do trauma. Seguindo os relatos das(os) atingidas(os) usados em minha etnografia, proponho uma ampliação da noção de “ser atingido”, considerando o tempo como eixo para pensar as transformações na rotina e os impedimentos das formas de viver. Concluo que a noção abrangente e contígua de atingido é fundamental na construção das lutas e das reivindicações das comunidades atingidas pela mineração.

**PALAVRAS-CHAVE** Etnografia; Desastre; Minas Gerais.

## “WE ARE AFFECTED EVERY DAY”: THE EFFECTS OF DISASTERS IN THE PARACATU DE BAIXO COMMUNITY (MINAS GERAIS/BRAZIL)

**ABSTRACT** This paper aims to describe how the vulnerability of the affected people by the Fundão dam rupture, in Mariana town, was intensified with the rupture of the B1 dam, in Brumadinho town. From a field research carried out with the community of Paracatu de Baixo, I verified how the routine was altered by the other disaster in the state of Minas Gerais. My argument is that even though the mud of tailings did not reach the municipality of Mariana, the residents were disturbed again. Following the reports of the affected people used in my ethnography, I propose an expansion of the notion of “Ser atingido”, or “being affected”, considering the time as an axis to think about the changes in the routine and in the impediments of the ways of living. I conclude that the comprehensive and contiguous notion of “being affecter” is fundamental in the construction of the struggles and demands of the communities affected by mining.

**KEYWORDS** Ethnography; Disaster; Brazil.

## 1. Introdução

Este texto parte de um problema que atravessou minha pesquisa<sup>1</sup> com a comunidade de Paracatu de Baixo, no município de Mariana, em Minas Gerais. Ao longo de minha primeira semana convivendo com as atingidas e os atingidos pela barragem de Fundão, no dia 25 de janeiro de 2019 fomos assombrados por mais um desastre: o rompimento da barragem de rejeitos B1, na mina Córrego do Feijão, localizada no município de Brumadinho, a aproximadamente 130 quilômetros de Mariana. Descreverei esse dia e os dias que se seguiram ao primeiro mês após esse desastre, indicando os efeitos que pude perceber, especialmente na comunidade que eu acompanho desde 2018.

<sup>1</sup> Este artigo é decorrente de minha pesquisa de Iniciação Científica. Atualmente, amplio minhas análises acompanhando as(os) atingidas(os) na pesquisa de mestrado. Ambas as pesquisas orientadas pelo Prof. Dr. Jorge Mattar Villela, a quem agradeço, assim como às(aos) colegas do grupo de pesquisa Hybris (PPGAS/UFSCar). Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento (Iniciação Científica, processo nº12018/07693-5. Mestrado. Processo nº 2019/27182-8).

A comunidade de Paracatu de Baixo está localizada no distrito de Monsenhor Horta, na zona rural de Mariana. Aproximadamente trezentos moradores viviam no local, próximos ao rio Gualaxo do Norte. A agricultura familiar era uma atividade fundamental, assim como as criações de porcos e galinhas. Além disso, os moradores me explicaram que algumas famílias trabalhavam para sitiante da região, especialmente em monoculturas de café. Em 5 de novembro de 2015, os rejeitos de minério de ferro decorrentes da barragem de Fundão destruíram a maior parte do território ocupado, restando apenas a Igreja de Santo Antônio e algumas casas nas encostas.

A Agência Nacional de Águas (ANA, 2016, p. 23) estima que a barragem tinha 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro. A mineradora Samarco S.A., proprietária do complexo minerador onde se encontrava a barragem de Fundão, pertence à Vale S.A. e à BHP Billiton Brasil Ltda., duas das maiores companhias mineradoras do mundo. Segundo o relatório técnico elaborado pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS, 2015, p. 9), os rejeitos foram despejados na Bacia do Rio Doce, atravessaram 41 municípios e percorreram 663 quilômetros até desaguar no Oceano Atlântico, em Linhares, Espírito Santo.

Em Mariana, oito comunidades foram atingidas, sendo Bento Rodrigues a primeira e mais próxima da barragem, seguida por Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas. Os moradores foram deslocados compulsoriamente para a sede municipal, onde vivem até hoje em casas alugadas pela Fundação Renova. Essa organização foi criada pelas mineradoras para reparar o desastre, formada a partir do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre as empresas, o Governo Federal e os Governos Estaduais de Minas Gerais e de Espírito Santo.

Em pesquisa de campo, realizada em janeiro e fevereiro de 2019, acompanhei a rotina da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) nas reuniões com advogados, membros do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), técnicos da Fundação Renova, pesquisadores e jornalistas. A CABF tem a assessoria técnica da Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais, cujos técnicos em diversas áreas (como arquitetura, direito, engenharia e psicologia) reuniam-se semanalmente com os moradores para auxiliar nos processos judiciais e burocráticos.

Essa pesquisa resultou em uma etnografia apresentada como monografia de conclusão de curso (MARCURIO, 2019). Meu objeto de análise foram as alterações que os deslocamentos e os impedimentos causaram na maneira de organizar, sentir e contar o tempo. De acordo com as(os) atingidas(os) de Paracatu de Baixo, ou “o tempo passa devagar” na cidade, ou elas e eles “não têm tempo para nada” devido às inúmeras reuniões, assembleias e audiências. Inspirada nas análises de Veena Das (2007) a respeito da memória em contextos de violência, identifiquei a sobreposição do extraordinário em relação ao cotidiano, impossível de se restabelecer sem os modos de viver da comunidade na zona rural. Segundo os moradores, o cotidiano era marcado pelo trabalho na roça, pela relação entre vizinhos e parentes e pelos encontros na Igreja de Santo Antônio, relações que foram abruptamente interrompidas. Assim, utilizo duas figuras de linguagem para ilustrar meu argumento: o paradoxo da rotina extraordinária indica como os dias são regidos pela incerteza e pelo inesperado; o pleonasma cotidiano ordinário enfatiza as práticas relativas à vida na comunidade, conforme me falaram os moradores, utilizando um método comparativo para contrastar a vida na cidade com a vida na zona rural.

O rompimento da barragem em Brumadinho deixou ainda mais evidente o paradoxo da rotina extraordinária. O novo desastre pôs ao chão a organização diária que se estabelecia entre as(os) atingidas(os) em Mariana, tornando-se mais um elemento do que caracteriza o extraordinário. As incertezas e o inesperado que afligem a comunidade desde 2015 foram agravados. Todas as atividades foram canceladas do dia 25 de janeiro ao dia 2 de fevereiro de 2019. Os moradores de Paracatu de Baixo declararam a mim que sentiam “tudo de novo” o que viveram três anos antes.

Nesse sentido, construo o argumento de que a condição de *atingido* entre moradores de Paracatu de Baixo foi aprofundada depois do desastre em Brumadinho. Trata-se de uma hipótese ainda em investigação em minha pesquisa, cujo objetivo é expandir a noção de “ser atingido”, considerando as experiências da comunidade num cenário de ameaça de novos desastres e de impunidade das mineradoras. A partir dos relatos, especialmente os de mulheres da região, proponho uma noção de atingido que seja irrestrita à condição de sua origem, na medida em que essa categoria se expande ao longo dos anos e nos momentos em que relembram o rompimento da barragem de Fundão, potencializados a partir de novos rompimentos de barragens em outras localidades.

As alterações causadas pelos desastres ultrapassam a destruição da biosfera e os impedimentos dos modos de vida, alcançando as subjetividades e as experiências. Essa perspectiva já foi sinalizada por Andréa Zhouri (ZHOURI et al., 2016; ZHOURI, 2018; 2019) em relação ao rompimento da barragem em Mariana, porém pretendo expandir essa formulação ao tratar dos efeitos do ocorrido em Brumadinho. Assim, descreverei que “ser atingido” está relacionado ao tempo e às formas de viver no extraordinário que se instituiu desde o desastre, de modo que se manifesta e é intensificado “todos os dias”.

Minha conclusão é mais um ponto de partida do que um ponto de chegada, pois instiga novas análises. A categoria de atingido, como é formulada pela comunidade de Paracatu de Baixo, é “ético-política”, termo do filósofo Félix Guattari (1989, p. 12). Ela é constituída pelas relações com os acontecimentos relativos aos desastres, às mineradoras e às lutas de grupos com questões semelhantes, na medida em que compreende o que Guattari (1989) chamou de “ecosofia”: a relação das três ecologias composta pelo ambiente, pelas relações sociais e pela subjetividade.

O texto está dividido em três partes. Começo a primeira parte descrevendo como testemunhei o rompimento da barragem em Brumadinho enquanto estava em Mariana. Trabalho brevemente com o conceito de *atingido*, conforme aparece na literatura, e sublinho que “ser atingido” é uma categoria abrangente, muito longe da perversa definição que as empresas responsáveis pelos desastres e pelos deslocamentos utilizam arbitrariamente. De acordo com os moradores de Paracatu de Baixo, a categoria aciona diferentes experiências e formas de viver que foram impedidas após o desastre. As definições são circunstanciais e variam para cada morador. Elas remetem às casas com hortas, aos terrenos contíguos das famílias, à relação de vizinhança e ao trabalho na roça, para citar alguns exemplos.

A segunda parte do texto é um esforço para tornar evidente como o dia do rompimento da barragem de Fundão apareceu nas conversas triviais que tive com os moradores. A memória é central em situações traumáticas, como mostra o trabalho célebre de Michael Pollak (1989), a respeito dos sobreviventes do holocausto na Segunda Guerra Mundial. Nos relatos que ouvi, percebi que a memória é capaz de ativar os sentidos em uma sinestesia do desastre. Depois do rompimento da barragem de Fundão, ouvir o som de um helicóptero, por exemplo, reforça o sentimento de “ser atingido”.

Por fim, faço um salto para a terceira parte com a intenção de verificar as implicações que a repetição dos rompimentos de barragens tem para as(os) atingidas(os). O embate jurídico e técnico que se institui após os desastres coloca as(os) atingidas(os) em uma posição desigual em relação às mineradoras. Assim, o desastre em Brumadinho fez com que a comunidade de Paracatu de Baixo formulasse novos questionamentos, redobrando a atenção e as reivindicações para a reparação justa e integral do maior crime socioambiental do país.

## 2. “Vão achar que é aqui de novo”

Na minha primeira semana de pesquisa de campo em Mariana (MG), no dia 24 de janeiro de 2019, fui a uma reunião da Comissão dos Atingidos de Paracatu de Baixo com os técnicos da Cáritas, no escritório da CABF. Eles planejavam as atividades do mês de fevereiro, cujo tema principal era a “Roda de Conversa” proposta pela Fundação Renova para apresentação do plano arquitetônico do reassentamento da comunidade.

Tinha em mãos duas agendas, uma organizada pela Cáritas, outra pela Renova, para seguir as atividades junto das(os) atingidas(os). Contudo, no dia seguinte todo esse planejamento foi interrompido.

Os sinos tocaram e não era hora exata ou hora e meia, como se ouve da igreja de Nossa Senhora do Carmo, no centro da cidade. Faltavam quinze minutos para às três horas da tarde e os sinos tocaram. Não foi uma, nem duas, nem três badaladas. A casa onde eu estava era bem próxima à igreja, de modo que podia avistá-la pela janela. Olhei para fora, não via nada diferente. Fui até a rua e segui a caminho da rua Direita. Sentia as badaladas mais altas. Subi a ladeira até a Praça Minas Gerais. Algumas pessoas andavam pela rua, os comércios estavam abertos, todos trabalhando. Tudo como de costume. Os sinos tocaram por cerca de dez minutos. Vi as notícias. Descendo a ladeira, ao meu lado, um casal dizia: “vão achar que é aqui de novo”.

Naquele dia, todas as atividades programadas para as populações atingidas pela barragem de Fundão no município foram canceladas, sem previsão para serem retomadas. A Unidade Básica de Saúde (UBS) Bento/Paracatu estendeu o horário de funcionamento e abriu no final de semana para atender aos moradores das comunidades. As(Os) atingidas(os) passavam mal, “como se estivesse vivendo tudo de novo”, como mencionaram posteriormente. Os problemas de saúde foram agravados por causa do rompimento da barragem no Córrego do Feijão, também da mineradora Vale. Depois de duas semanas, um morador de Paracatu de Cima contou que seu filho não ia à escola, porque estava “com medo da lama chegar”. A lama não chegou, mas os jornalistas e os pesquisadores chegaram, mais uma vez.

As situações que presenciei nesse período refletiram as falas dos moradores a respeito de “ser atingido”. As moradoras de Paracatu de Baixo com quem tive a maioria de minhas conversas me explicaram, de diferentes maneiras, o que é ser atingida. O fato de minhas interlocutoras de pesquisa serem sobretudo mulheres caracteriza uma condição “duplamente atingida”, como formulou Parry Scott (2012) em relação às mulheres atingidas e à violência de gênero desde a construção da barragem de Itaparica, entre os estados de Pernambuco e da Bahia. Além disso, em Mariana, a liderança das mulheres na luta pelos direitos das(os) atingidas(os) é expressiva.

De acordo com os moradores, a condição de “ser atingido” cria a possibilidade de apenas elas e eles entenderem e conversarem com os atingidos em Brumadinho.

Como pude perceber, ser atingido não se resume ao deslocamento compulsório, à perda de propriedades e à destruição da comunidade. Trata-se de um processo contínuo. “Somos atingidos todos os dias” é uma formulação que elas e eles usaram constantemente para se referir aos efeitos que as(os) assolam diariamente e que definem essa categoria.

Algumas das definições que ouvi de moradores em reuniões, eventos públicos e em conversas pessoais explicam que “ser atingido todos os dias” é viver de forma temporária, nas casas alugadas pela Renova, com um “kit” de móveis determinado e um cartão cedido pela empresa com o auxílio financeiro. É não poder trabalhar na agricultura e na pecuária familiar ou para os sitiante; é, ainda, não ter acesso ao rio Gualaxo do Norte, fundamental para a pesca e para complementar e alimentação e essencial para o lazer, como as brincadeiras na cachoeira. É não ter as mesmas relações com parentes, que moravam na mesma casa, ou em casas ao lado, em extensões de um mesmo terreno; nem a relação com vizinhos e amigos, com visitas constantes e ajudas nas atividades diárias, como na criação dos filhos. É, enfim, não ter a missa, a Folia de Reis e as festas católicas como eram antes, com grupos musicais católicos e cantores sertanejos locais. “Ser atingido” é ficar “preso” dentro das casas na cidade, sofrer discriminação e esconder a própria condição de atingida(o). É ser criminalizada(o) pelas mineradoras, ter que participar de treinamentos de evacuação no território devastado após o desastre. É sofrer com os efeitos da lama tóxica e os problemas de saúde que acometem e ameaçam a todos. É sobreviver ao desastre, mas “morrer de tristeza”, sobretudo os idosos, como contam os moradores a respeito das mortes que se multiplicaram após o rompimento da barragem.

Essas formulações são abrangentes e muito específicas das formas de vida em Paracatu de Baixo. No entanto, isso não é motivo para ignorá-las ou excluí-las dos documentos, processos judiciais ou de pesquisas. É a partir dessas características únicas que se sentem e se definem o “ser atingido”. As definições em geral buscam fixar os termos, em vez de deixá-los múltiplos e circunstanciais. Contudo, verifica-se que o tempo é um fator fundamental para a ampliação das formulações do “ser atingido”. Quanto mais tempo se passa em relação ao desastre, mais direitos são violados e violações são prorrogadas, mais vidas são ceifadas sem a reparação integral e justa garantida às(aos) atingidas(os).



O termo *atingido* foi reivindicado pelos moradores com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), num processo de reconhecimento e de “aprender a ser atingido”, como explicaram. Dessa forma, não apenas os que foram deslocados compulsoriamente são atingidos, como as mineradoras determinavam. Nesse processo, é necessário provar-se às empresas, comprovando ser atingido e não “impactado”, termo usado inicialmente pelas mineradoras. Segundo os moradores de Paracatu de Baixo, a noção de “impactado” não os representa, pois não dá a dimensão correta materialmente, subjetivamente e temporalmente do desastre e do crime cometidos pela Samarco. O “impacto” remete a um “acidente”, com o momento limitado de seu acontecimento, ao passo que o atingido continua sentindo os efeitos do desastre indeterminadamente, como também descreveram Zhouri *et al.* (2016, p. 39).

Os trabalhos de Zhouri (2018) e Teixeira (2019) em torno do rompimento da barragem de Fundão ampliaram essa definição, especialmente ao acompanhar as lutas dos moradores por reconhecimento como atingidos. O termo alcançou uma nova escala ao tratar do maior desastre socioambiental do país e maior desastre envolvendo barragens de rejeitos do mundo (MILANEZ; LOSEKANN, 2016). Os embates travados pelos atingidos pela Vale são muito diferentes daqueles que antecipam os danos de grandes construções, como os deslocamentos compulsórios para a construção de barragens para a geração de energia hidrelétrica. Nesse caso, os danos e as perdas estão feitos, antecedem as negociações e são dificilmente contabilizados em indenizações, por exemplo, pensando em valores monetários para a Bacia do Rio Doce, contaminada com materiais tóxicos e com efeitos ainda pouco dimensionados para a saúde dos moradores (VORMITTAG; OLIVEIRA; GLERIANO, 2018).

De acordo com Santos (2015), o conceito de atingido tem sido usado no Brasil desde as mobilizações de moradores deslocados pela construção de barragens de Itá e Machadinho, para a instalação de hidrelétricas da Eletrosul no Rio Uruguai, nos anos 1980. Esse processo foi descrito por Faillace (1990), mostrando que diferentes termos eram usados pela empresa responsável pelo empreendimento, ao passo que as mobilizações de moradores se concentraram na noção de atingido para a constituição da luta por direitos, no que posteriormente se consolidou como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Um outro ponto de vista a respeito desse primeiro uso do termo “atingido” foi explicitado por Lygia Sigaud (1992), que comparou o caso sulista com a construção da barragem de Sobradinho, no estado da Bahia. Ela sugere que os variados modos de vida das populações atingidas implicam em diferentes efeitos e, portanto, diferentes formas de lutar, reivindicar e conquistar direitos. No caso dessa construção, as(os) atingidas(os) que foram deslocadas(os) compulsoriamente tiveram maiores dificuldades de comprovar sua condição por não terem título de propriedade da terra.

A Comissão Mundial de Barragens (World Commission on Dams) (WCD, 2000), ligada ao Banco Mundial, definiu que atingidos são aqueles que sofrem deslocamentos físicos ou dos modos de vida por grandes empreendimentos. Os debates em torno dessa definição foram colocados por Carlos Vainer (2008), mostrando como esse conceito é estabelecido especialmente em termos patrimonialistas, apesar de sinalizar sua abrangência. Dessa maneira, ele diferencia duas concepções: a primeira é a concepção hídrica, que define o atingido como alagado, especialmente nos casos de construções de hidrelétricas; a segunda é a concepção territorial patrimonialista, a partir do proprietário de terra que perde sua propriedade e de seus bens.

As formulações dos moradores de Paracatu de Baixo consideram aspectos contínuos de “ser atingido”, expondo a insuficiência da concepção patrimonialista, geralmente adotada pelas empresas mineradoras. É a partir das definições de atingida(o) elaboradas por elas e eles que citei nesta seção que tento estender o conceito em minha etnografia. As sensações, as memórias e as lembranças compõem essas definições que variam e podem se intensificar de acordo com as circunstâncias, como mostrarei na parte a seguir.

### *3. As memórias e os sentidos de “ser atingido”*

O rompimento da barragem em Brumadinho trouxe à tona os sentimentos e as sensações causadas pelo desastre em Mariana. Nesse contexto, pude ver claramente o fechamento da comunidade em si mesma como estratégia de preservação de seus membros, tentando conservar o que lhes restou, o que permaneceu e não foi puxado pelo magnetismo do extraordinário, que toma tudo e espalha em fragmentos públicos,

com uma força centrífuga, como fazem os jornalistas, os pesquisadores, as mineradoras e a Fundação Renova. O medo de a lama voltar e o sofrimento do deslocamento compulsório e da visão da destruição da *comunidade* foram lembrados com mais força. O assédio e a falta de liberdade também foram elencados por moradores como motivos para a reclusão, evitando repórteres e pesquisadores que apareciam novamente para expor o caso dos atingidos.

As reuniões que marcam a rotina das(os) atingidas(os) foram canceladas até o dia 2 de fevereiro de 2019. A partir dessa semana as atividades voltaram lentamente, mas o assunto ainda insistia em ser o mesmo. Apesar das discussões incitadas pelos técnicos acerca do projeto do reassentamento de Paracatu de Baixo no terreno chamado de Lucila, próximo à terra natal, moradores falavam do medo da lama, da possibilidade de novos rompimentos e da falta de eficácia das reuniões que se repetiam. De forma semelhante, minhas conversas com as atingidas eram atravessadas pelas memórias de Paracatu e pela comparação de como a vida era antes e de como foram os dias logo após o desastre.

As narrativas do dia do desastre começam, em geral, com os sentidos. Primeiro o barulho do helicóptero. Depois, o breu da noite, o som do tsunami de lama e seu cheiro podre. Em minha primeira visita a Paracatu de Baixo, na celebração de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro de 2018, caminhava com uma jovem moradora para a parte alta do terreno, quando ela mencionou que fazíamos o mesmo caminho que percorrera antes de a lama chegar. Ela me explicou que foram avisados por moradores da comunidade de Bento Rodrigues acerca do rompimento de uma barragem e que Paracatu seria atingida. As pessoas conseguiram colocar seus pertences em uma mochila, apenas documentos e algumas roupas, e subiram correndo para os morros. Alguns subiram para o cemitério, mas a maioria subiu pelo caminho que fazíamos, ela indicou. Subiram muito, pois estavam com medo, ela concluiu. Apontou para um morro do outro lado, à direita. Contou-me que chegaram até lá, onde "só tinha mato" e ficaram esperando a lama passar. Já estava escuro, ela e sua filha ficaram no meio do mato. Seu marido teve que atravessar o morro por duas vezes para ajudar outras pessoas.

Chegaram helicópteros e aviões para monitorar o deslocamento da lama. Quando o volume parecia não aumentar, as pessoas começaram a sair dos topos dos morros

e ir até as casas que não foram devastadas, nas encostas. Ela continuou seu relato explicando que esperava que não fosse tudo destruído e que pudessem voltar a morar em suas casas. Quando foi levada ao Centro de Convenções de Mariana, voluntários anunciavam centenas de doações de roupas, sem que ela entendesse o motivo: “queria voltar para casa, lavar, tirar a lama, lavar as roupas, limpar os móveis que sobraram”, explicou, “achava que seria uma enchente e que iria passar”.

Em outra ocasião, em 20 de fevereiro de 2019, visitei uma moradora na sede municipal e ouvi a sua experiência. Ela se lembrou do dia do desastre quando pegou um porta-retrato com sua fotografia de beca, no dia de sua formatura do Ensino Médio. Ela se formou em 2015, semanas após o rompimento da barragem de Fundão. Na época, com 50 anos, estudava no período noturno, no distrito de Águas Claras. No dia 5 de novembro de 2015, antes de ir para a escola, ouviu falar da barragem rompida, mas não acreditou, porque ninguém achava que seria algo de grandes proporções: “seria como uma cheia no rio”, explicou. Por isso, foi à escola. Quando chegou no distrito, algumas pessoas disseram que a barragem “acabou” com Bento Rodrigues. Ela encontrou moradoras de comunidades que também seriam atingidas, de Pedras e de Gesteira (localizada no município de Barra Longa), além dos amigos de Paracatu. Todos estavam aflitos. Quando chegaram em Paracatu de Baixo, ela subiu a rua Furquim, a mais alta, onde todos já esperavam a lama passar.

Depois desse relato, ela deslocou sua narrativa para um momento anterior, pensando em como aquele dia tinha sido “lindo, aberto e com sol”. Na manhã, saíra para fazer compras na cidade. Juntavam muitas pessoas para ir à sede municipal, no mercado, pois entregavam as compras sem cobrar pelo transporte. Naquele dia foram doze pessoas no ônibus. Ela disse em um tom de lamento: “nunca imaginava que um dia daquele ia ser de despedida”. Ainda mais considerando que ninguém sabia da existência da barragem de rejeitos de minérios, nem que estavam na rota da lama. Sabiam de “represas d’água” e pensaram nisso quando receberam a notícia de que seriam atingidos, afirmou.

Assim, depois de fazer compras, ir à escola e voltar, o “dia não amanhecia”. Ninguém dormia. Estavam todos ansiosos para ver o estrago que a lama causara. Só ouviam os barulhos de água, coisas quebrando e caindo, animais grunhindo. “O dia não clareava. A lama balançava”, explicou-me, fazendo um movimento com as mãos.

Lembrou-se dos cachorros. O seu pai soltara os três animais para fugirem. Um deles ficou sem saída, em cima de um tijolo, no meio de toda a lama. Depois, seu pai foi até o animal, que pulou correndo pelos rejeitos até alcançar seu dono.

O tempo, no momento do desastre, com a chegada da lama em Paracatu de Baixo, e nas horas posteriores, até os primeiros dias, foi percebido de maneira diferente, conforme as narrativas que ouvi. As moradoras recordam esses momentos pensando no cheiro e no barulho. Não enxergavam nada na noite em que passaram no mato, fugindo dos rejeitos de minério. O cheiro era forte, de “barro podre”. O som de uma enchente, galhos caindo, construções quebrando, animais gritando, helicópteros voando. Nas primeiras horas elas não tinham informações do que acontecera, não sabiam da gravidade e toxicidade da lama, também acreditavam que seriam situações temporárias até limparem suas casas e retomarem suas vidas.

As relações que estabeleço entre os relatos, o desastre e as percepções em relação ao tempo estão em consonância com os estudos de desastres e seu entendimento como um processo temporal extenso, que não se define apenas no acontecimento em si, mas se estabelece com relações históricas, sociais e culturais. Nesse tema, a literatura antropológica ganhou força a partir de Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1982) e Ulrich Beck (1992) ao mostrarem o risco como um fator social. Assim, os desastres se consolidaram como objeto de pesquisa nos anos 1990, especialmente com as análises feitas por Anthony Oliver-Smith (1996). Essa perspectiva é amplamente utilizada para indicar como as afetações das catástrofes são distribuídas desigualmente pela população, como mostram Zhouri *et al.* (2016) a respeito do rompimento da barragem de Fundão.

As populações historicamente marginalizadas e vulneráveis são mais afetadas, como se escancarou, no fim dos anos 1980, com a luta por justiça social em torno do racismo ambiental nos Estados Unidos, de acordo com Robert Bullard (1993). Em Mariana e Brumadinho essas características são evidentes: nos dois casos, as principais vítimas foram populações rurais e trabalhadores terceirizados das mineradoras. No caso específico em que pesquiso, a comunidade de Paracatu de Baixo constitui-se majoritariamente por uma população negra, em torno de comunidades quilombolas nos distritos rurais, como mostra o levantamento do grupo PoEMAS (2015, p. 63-67).

O medo assolou moradores com nova intensidade após a devastação da barragem no Córrego do Feijão. Um alerta foi acionado no estado de Minas Gerais, e uma ampla discussão acerca dos riscos de novos rompimentos foi disseminada. Os moradores da região central do estado voltaram sua atenção para as centenas de barragens que os cercam, com ameaças nos municípios de Nova Lima, Barão de Cocais, Congonhas e Ouro Preto. Essa situação ficou evidente em Paracatu de Baixo com a desistência de vários moradores de viajar até Belo Horizonte, numa proposta feita pela Fundação Renova, em meados de fevereiro de 2019, para visitar a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Aeroporto de Confins. O objetivo era que as comunidades conhecessem o modelo que será implementado no reassentamento. Vários moradores afirmaram durante uma reunião com os técnicos que não viajariam por medo de novos desastres.

Essa nova condição que se instalou na rotina dos moradores foi tema de uma conversa com um sitiante de Paracatu de Baixo. Ele afirmou a mim com indignação que “a Vale não aprendeu com Mariana”, pois “eles” sabiam e tinham condições de alterar a situação: “eles colocam o restaurante e a sede da empresa embaixo da barragem!”, proferiu em referência às instalações do complexo da barragem B1, no Córrego do Feijão. Em outra ocasião, enquanto caminhava com uma moradora para uma reunião na Casa do Jardim, sede da Fundação Renova no centro histórico de Mariana, ouvi seus relatos acerca da tristeza de ver tudo acontecendo de novo, como se o sofrimento deles não fossem o suficiente para impedir novos desastres.

Nesse panorama, “ser atingido” foi reforçado com a percepção de outro desastre, semelhante ao que os moradores sofreram, envolvendo barragens de rejeitos da mesma empresa mineradora. Eu me refiro especialmente à comunidade de Paracatu de Baixo, alertando que se trata de uma hipótese ainda inicial e em construção, embora novas investigações possam estender essa formulação em outros contextos.

Neste caso, “ser atingido” não se restringe às afetações do rompimento da barragem de Fundão, mas expande-se ao longo da vida. A sobreposição de sofrimentos, impedimentos, perdas, tristezas e impossibilidades diárias constroem as formas e as possibilidades de viver. O processo que testemunhei após a devastação em Brumadinho indica um novo modo de “ser atingido”, pois deixou uma comunidade, mais de cem quilômetros distante e fora do curso da lama, em alerta: ampliou suas incertezas, reforçou seus traumas, transformou as relações não apenas momentaneamente, com o medo de novos rompimentos ou reforçando os sofrimentos vividos.

A constituição do “ser atingido” de Paracatu de Baixo passa pelo ato de lembrar. De acordo com Paul Antze e Michael Lambek (1996), a memória é uma prática construída em atos que ultrapassam a experiência, de modo que sua atividade é uma ferramenta capaz de reificar e mudar o real (ANTZE; LAMBEK, 1996, p. XII). Assim, analiso que o rompimento da barragem em Brumadinho atua diretamente na produção da memória das atingidas e dos atingidos de Paracatu de Baixo, portanto, suas percepções e suas atividades a partir de então são alteradas e compreendidas de uma outra maneira.

A atividade da memória em situações traumáticas remete à pesquisa fundante de Michael Pollak (1989) com os sobreviventes do holocausto na Segunda Guerra Mundial. Ele indicou os processos de silenciamento das vítimas, o qual não se confunde com o esquecimento dos acontecimentos que testemunharam. Nesse sentido, também se pode entender os desastres como um “evento crítico”, nos termos de Veena Das (1995, p. 5), pois ele altera o tempo e as relações estabelecidas até então, transformando a produção da memória e da história. Assim, as catástrofes marcam as formas de lembrar e de narrar, como já identificaram os trabalhos de Oliver-Smith (1999), Roberto Barrios (2017), Juan Calis *et al.* (2017), e especificamente no caso de Mariana, o tema foi abordado na dissertação de Pereira (2019).

Na próxima parte pretendo mostrar como os moradores de Paracatu de Baixo utilizam a memória e os relatos como ferramentas de luta e reivindicação frente às mineradoras. Dessa forma, meu argumento ganha mais espessura ao tratar das mobilizações dos moradores na rotina, trocando de lente para uma análise pragmática dos efeitos de um desastre sobre o outro na luta das(os) atingidas(os).

#### *4. “Depois do que aconteceu lá em Brumadinho, não acredito em papel mais, não.”*

Mais de um ano depois, em março de 2020, fiz uma breve visita aos moradores de Paracatu de Baixo, levando os resultados de meu trabalho anterior em minha monografia para que os corrigissem e os comentassem. Fiquei apenas a primeira semana do mês, o que se mostrou adequado, considerando que logo depois seríamos acometidos pela pandemia da Covid-19. Nesse curto período, fui a uma reunião da Comissão de Atingidos com a Fundação Renova, cujo tema central era o acesso ao terreno do reas-

sentamento e o projeto das etapas de construção das residências. O debate foi intenso, os moradores exigiam o direito de acessar às suas futuras casas, ao passo que a proposta inicial dos técnicos era um acesso controlado e limitado. A reivindicação se dava por um método que já havia percebido: a comparação entre antes e depois do desastre.

Nas partes anteriores mencionei como as formas de perceber e organizar o tempo são alteradas após o desastre. Agora, pretendo mostrar que o tempo e a memória são acionados na rotina como um método de comparação que impulsiona ações das atingidas e dos atingidos. Trata-se de uma maneira de deliberação e de tomada de decisão fundamentadas no contraste dos modos de vida da comunidade em relação às formas de viver impostas violentamente com o rompimento da barragem. Dessa maneira se fala do passado para definir as práticas no presente e no futuro. Enfatizo que o método comparativo não pretende reproduzir o passado, como um simulacro. Os moradores operam a partir das novas condições, afirmando a impossibilidade de reproduzir as relações em outro local, quer seja na cidade, quer seja no reassentamento, e em outro tempo, já que “depois que a lama passou, tudo mudou”, como resumiu uma moradora.

Seguindo esse método, naquela reunião, os moradores reivindicaram a autoconstrução das casas no reassentamento, prática estabelecida em Paracatu de Baixo. As construções e as reformas, muitas vezes dividindo um mesmo terreno para membros da família, eram feitas em conjunto pelos moradores na comunidade. A construção do reassentamento é planejada pela Fundação Renova para “reparar e compensar os danos”, seguindo as normas técnicas, feita por profissionais e empresas contratadas. O descontentamento das(os) atingidas(os) com essa organização imposta fica evidente nessa situação, pois impede a participação direta dos moradores. Ouvi de atingidas(os) que “agora veio a lei”, em referência à coerção das técnicas estabelecidas e dominadas pelas mineradoras, justificadas pela legislação, mas que, em contrapartida, promovem o apagamento das práticas das comunidades.

Durante a reunião, os técnicos da Fundação Renova projetavam slides para um grupo de dez pessoas, mostrando trechos de leis, documentos e projetos de construções. Os moradores questionavam os trechos e pediam o acesso a esses documentos para analisá-los, antes de tomarem decisões. A discussão se formou quando os técnicos tentavam argumentar em favor do plano exposto, até que um morador se levantou: “Depois do que aconteceu lá em Brumadinho, não acredito em papel mais,



não. Pode vir os engenheiros assinar tudo e não tem segurança nenhuma. Qualquer um assina. Falar todo papagaio fala, quero ver papagaio escrever”, disse ele.

A partir dessa colocação identifiquei como os movimentos de luta da comunidade de Paracatu de Baixo também foram alterados após o rompimento da barragem de rejeitos em 2019. A repetição de um crime socioambiental de grandes proporções causado pela mesma mineradora, na mesma região, é uma evidência de que os mesmos procedimentos são seguidos em relação às barragens de rejeitos. Apesar da construção da luta dos atingidos ao longo de cinco anos, utilizando diferentes ferramentas e estratégias, criando métodos, “aprendendo a linguagem” técnica das reuniões, seguindo em audiências públicas e embates jurídicos, as mineradoras não foram condenadas e “não aprenderam”, lembrando da exclamação de um atingido que apresentei na parte anterior do texto.

A descrença nos documentos e nos papéis, como indicou o morador na reunião que citei anteriormente, coloca em contraste os modelos típicos das empresas, seus métodos e sua linguagem em relação às formas da comunidade e aos métodos construídos pelas(os) atingidas(os). Esses dois procedimentos aparecem nas reuniões, tema que tratei detalhadamente em outro artigo (MARCURIO, 2020), em que analiso as posições dos representantes das mineradoras, com a figura da Fundação Renova, e as estratégias dos moradores. Aqui, não trabalharei com esse material devido ao objetivo deste texto, apenas descreverei para onde minha atenção foi direcionada após o desastre em Brumadinho.

O embate técnico e jurídico que se estabeleceu desde o desastre em Mariana privilegia as mineradoras. A apropriação da “linguagem” feita pelas(os) atingidos(os) não é suficiente para alcançar sua eficiência e seu controle do tempo, do espaço e dos processos. De acordo com o argumento que ouvi de uma atingida: “eles [representantes das mineradoras] fazem tudo em cima da hora. A gente tem que fazer tudo com seis meses de antecedência, senão não pode”. Esses processos deixam evidente outra fala recorrente dos moradores de que o “tempo está a favor das mineradoras”. As empresas são capazes de gerir o tempo e submeter as(os) atingidas(os) a um processo burocrático, jurídico e administrativo com formas e linguagens próprias dominadas pelos técnicos.

Os domínios das mineradoras se estendem na criação da própria narrativa do desastre como “acidente” e do “processo de reparação”. Em Mariana, essa história aparece na Casa do Jardim, uma espécie de “museu” do desastre. No entanto, essa narrativa se espalha pelas propagandas transmitidas em canais de

comunicação, como analisou Scotto (2018). Os efeitos perversos dessas propagandas reverberam nas vidas das(os) atingidas(os), que precisam comprovar suas perdas, reivindicar seus direitos perdidos e lutar pela reparação justa e integral.

Numa perspectiva global, as mineradoras se encaixam no que Stuart Kirsch (2014) chama de “empresas danosas”, aquelas que socializam seus riscos e seus custos para as(os) atingidas(os). As comunidades ficam com os prejuízos da mineração, sem os “benefícios do progresso” e do “desenvolvimento”. As ações dessas empresas são muito semelhantes: abuso de direitos; controle das informações, negando, mentindo, omitindo dados e manipulando pesquisas; financiamento de projetos políticos que facilitam a alteração das legislações ambientais e a produção de laudos favoráveis. A própria BHP Billiton, uma das proprietárias da barragem de Fundão, foi responsável por um dos maiores desastres ambientais do mundo, com o despejo de minério no rio OK Tedi, na Papua Nova Guiné (KIRSCH, 2006).

Esse modo de funcionamento das empresas implica que os desastres da mineração não sejam uma exceção, como analisou detalhadamente Bruno Milanez (2017). A Vale prevê novos rompimentos, como em Barão de Cocais. A Samarco constrói diques de contenção, alagando os terrenos de famílias já atingidas na comunidade de Bento Rodrigues. Nesse jogo, o papel dos moradores se limita a um acordo em forma de indenização ou à espera pelo reassentamento. Nesses contextos, as mobilizações das(os) atingidas(os) não são mera consequência, como lembrou Cristiana Losekann (2018) em relação aos atingidos pela barragem de Fundão em Espírito Santo. A luta dos moradores é uma construção lenta e dolorosa, em que todas as condições do mundo em que se habitava foram destruídas.

Os moradores de Paracatu de Baixo estabeleceram uma relação com o rompimento da barragem em Brumadinho a partir do medo, do desespero e da tristeza. Contudo, a imagem que tinham das mineradoras se alterou. Essa percepção ficou evidente a mim em duas conversas que tive com moradoras que temiam a repetição do que viveram com os atingidos no Córrego do Feijão. A primeira moradora expressou sua tristeza e seu temor de que “eles [em Brumadinho] sejam enganados, como nós fomos” e “pelas coisas erradas que [as mineradoras] podem fazer”. Outra moradora disse em concordância: “a Vale fará a mesma coisa que fez aqui, com a Renova”.

As atingidas e os atingidos de Mariana manifestaram diversas vezes o interesse em estabelecer contato com os atingidos em Brumadinho, para compartilhar seus sofrimentos, alertá-los e indicar-lhes caminhos. Dessa maneira, a luta da comunidade de Paracatu de Baixo tem uma nova configuração ao se relacionar com as ameaças das barragens de rejeitos que a cerca. O “campo minado” (ZHOURI, 2018) expõe o discurso das mineradoras a respeito da barragem de Fundão: a narrativa do “acidente” e da “reparação” perdem a consistência em sua recorrência. Os documentos de licenciamento e fiscalização das barragens não garantem a segurança de um processo de extração predatória que ameaça a terra e a Terra, em escala planetária (COELHO, 2018), e seus habitantes.

Nesse sentido, analiso a categoria *atingido* a partir de Félix Guattari (1989, p. 24), pensando em uma articulação ético-política, formada por uma perspectiva ecosófica que relaciona três ecologias: a subjetividade, o ambiente e as relações sociais. Retomando as definições que elenquei na primeira parte deste texto, a categoria de atingido é acionada de acordo com as relações de parentesco, amizade, vizinhança, trabalho e as formas de habitar a comunidade. “Ser atingido” é caracterizado pela ausência dessas relações que foram desfeitas. Essa posição dos sujeitos, sob o governo das mineradoras, possibilita a extensão dos sentidos e, portanto, das noções de atingido em relação aos outros desastres, às condições de vulnerabilidades semelhantes a que estão submetidos.

É possível aproximar esse conceito a uma noção oposta de “ecologia do desastre”, utilizada por Ailton Krenak (HELAL FILHO, 2019). Nesse sistema de produção, os desastres fazem parte da normalidade, são efeitos esperados e administrados pelas grandes empresas. A análise de Krenak (2019, p. 21), atingido pela lama no rio Doce, localiza uma posição para aquelas e aqueles que estão ligados a suas terras: “os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta [...]. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade”.

Essa percepção ecosófica de “ser atingido” estabelece relações com a terra, mesmo a terra devastada e contaminada pela lama tóxica, construindo novas relações e estratégias de luta, questões centrais em minha pesquisa, mas que não cabem no escopo deste artigo. As(os) atingidas(os) articulam com as três ecologias para resistir, ao passo que as mineradoras, desvinculadas das relações com a terra, multiplicam as mortes.

O rompimento da barragem em Brumadinho deixou ainda mais evidente a ação das mineradoras em relação aos riscos e à vulnerabilidade das populações atingidas. Em Paracatu de Baixo, os moradores reivindicam ações concretas que permitam o estabelecimento em uma terra na zona rural, a partir do reassentamento, assim como a constituição de relações de vizinhança e de trabalho que não sejam temporárias na cidade. Elas e eles lutam para estabelecer o cotidiano.

As promessas e os prazos da Fundação Renova ficam nos papéis. O reassentamento de Paracatu de Baixo, cujo último prazo estabelecido foi de 27 de fevereiro de 2021, não se concretizou. A desconfiança dos moradores instiga os questionamentos das decisões judiciais e das ações dos representantes das mineradoras. É pelos papéis que as mineradoras governam as vidas das atingidos e dos atingidos. Os prazos que eles estabelecem se traduzem, na prática, no tempo de vida de cada um, replicando a fala de um atingido que ouvi: “o prazo é a vida das pessoas aqui”.

## 5. Considerações Finais

O rompimento da barragem no Córrego do Feijão, em 2019, alterou a vida dos moradores atingidos em Mariana, mesmo o município não sendo atingido diretamente pela lama de rejeitos minerais. A primeira correlação estabelecida foi com o rompimento de barragem de rejeitos de grandes proporções ocorrido anteriormente, o desastre causado pela Samarco/Vale/BHP na Bacia do Rio Doce, em 2015. Essa situação expôs novamente as comunidades atingidas e deslocadas compulsoriamente para a sede municipal, como é o caso dos moradores de Paracatu de Baixo, com os quais pesquiso.

Nesse período verifiquei a ampliação da vulnerabilidade das(os) atingidas(os), revivendo o trauma de ter o universo em que viviam destruído. A partir disso, tentei questionar o conceito de atingido, mostrando novos fatores que contribuiriam para alargar essa categoria junto aos moradores. Nesse sentido, “ser atingido” consiste em um processo que não se restringe ao desastre e que pode ser agravado ou transformado com o passar do tempo. A noção de atingido é, ainda, irrestrita às perdas materiais e aos modos de vida. As alterações ocorrem no nível das subjetividades e das experiências. Portanto, a categoria de atingido abrange os efeitos causados pela percepção de um novo desastre, que não ameaçou a vida e suas formas em Mariana, mas apareceu como mais um fenômeno extraordinário da rotina das(os) atingidas(os).

O desastre em Brumadinho instigou novas estratégias para a luta da comunidade de Paracatu de Baixo. As reuniões, a burocracia, os processos jurídicos e a “linguagem” técnica foram impostas pelas mineradoras no processo de reparação. Moradores precisaram “aprender a ser atingido” e “aprender a linguagem” para reivindicar seus direitos soterrados pela lama. A recorrência do desastre cometido pela Vale impulsionou a estratégia de moradores de questionar os papéis, bem como os documentos e as leis que estão ligados às práticas dos técnicos da Fundação Renova, representantes das mineradoras.

Por fim, a luta das(os) atingidas(os) indica uma oposição às formas de destruição do modelo de extração e de produção do qual as mineradoras fazem parte. A narrativa do “acidente”, do “impacto” e da “compensação” perde espaço com as novas ameaças. As comunidades sem sirene, sem alerta e sem conhecimento da “rota da lama” seguem ameaçadas à jusante das barragens. Nessas condições, as(os) atingidas(os) se articulam em três ecologias, no nível das subjetividades, das relações sociais e das relações com o ambiente. Dessa forma, denunciam os riscos, questionam os papéis e reivindicam a vida interrompida pela lama.

## Referências

ANA. Agência Nacional de Águas. *Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce: Rompimento da barragem em Mariana/MG*. Brasília: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, Informe 2015, 2016.

ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael. Introduction: Forecasting Memory. In: ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael (Ed.). *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. New York: Routledge, 1996.

BARRIOS, Roberto E. What does catastrophe reveal for whom? The anthropology of crises and disasters at the onset of the Anthropocene. *Annual Review of Anthropology*, v. 46, n. 1, p. 151-166, 2017. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-anthro-102116-041635>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BECK, Ulrich. From industrial society to risk society: Questions of survival, social structure, and ecological enlightenment. In: FEATHERSTONE, M. (Ed.). *Cultural Theory and Cultural Change*. London, Sage Publications, 1992.

BULLARD, Robert D. *Confronting environmental racism: voices from the grassroots*. Boston, Massachusetts: South End Press, 1993.

CALIS, Juan *et al.* Riesgo, Territorio e Instituciones en la Antropología de las Catástrofes. Aportes a una perspectiva en construcción. *Papeles de Trabajo, Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural*, n. 34, dic. 2017.

COELHO, Marcela. T/terras Indígenas e Territórios Conceituais: incursões etnográficas e controvérsias públicas. *Entreterras*, v.1, n. 1, 2018.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. USA: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, CA: Univ. Calif. Press, 2007.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technical and Environmental Dangers*. Berkeley, CA: Univ. Calif. Press, 1982.

FAILLACE, Sandra Tosta. *Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na barragem de Itá (RS/SC)*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

GUATTARI, Félix. *Les trois écologies*. Paris: Gelilée, 1989.

HELAL FILHO, William. Nossa aparente normalidade inclui rotina de catástrofes, diz líder indígena Ailton Krenak. *O Globo*. 15 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/nossa-aparente-normalidade-inclui-rotina-de-catastrofes-diz-lider-indigena-ailton-krenak-24081995>. Acesso em: 29 maio 2020.

LOSEKANN, Cristiana. Não foi acidente! O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil”. In: ZHOURI, Andréa (Org.). *Mineração, violências e resistências*. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 65-110.

KIRSCH, Stuart. *Reverse Anthropology: Indigenous Analysis of Social and Environmental Relations in New Guinea*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

KIRSCH, Stuart. *Mining capitalism: The relationship between Corporations and their critics*. Oakland: University of California Press, 2014.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARCURIO, Gabriela de Paula. *O cotidiano e o extraordinário na comunidade de Paracatu de Baixo (MG)*. 2019. Monografia de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

MARCURIO, Gabriela de Paula. A rotina extraordinária da comunidade de Paracatu de Baixo (MG) após o rompimento da barragem de Fundão. *Equatorial*, v. 7, n. 13, p. 1-25, 2020.

MILANEZ, Bruno. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Boletim regional, urbano e ambiental*, n. 16, p. 93-103, jan.-jun. 2017.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (Org.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

OLIVER-SMITH, Anthony. Anthropological research on hazards and disasters. *Annual Review of Anthropology*, v. 25, p. 303-328, 1996.

OLIVER-SMITH, Anthony. What is a disaster?: Anthropological perspectives on a persistent question. In: OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Susanna F. (Ed.). *The Angry Earth*. New York: Routledge, 1999.

PEREIRA, Ana Beatriz Nogueira. *Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo: memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana do desastre da Samarco*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PoEMAS. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. 2015. Mimeo.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de ‘atingido’ por barragens – direitos humanos e cidadania. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 113-140, 2015.

SCOTT, Parry. Duplamente atingidas: violência, mulheres e políticas do estado numa grande barragem no Nordeste. *Revista Antropológicas*, ano 16, v. 23, n. 1, p. 179-190, 2012.

SCOTTO, Gabriela. Narrativas contemporâneas na propaganda corporativa das empresas mineradoras transnacionais: elementos para a análise do “espírito” da mineração. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, v. 27, n. 2, p. 37-54, 2018.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 18, ano 7, 1992.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. A lama e suas marcas: neoextrativismo e seus efeitos em um contexto de desastre. In: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio. *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena*. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 207-220.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: Franklin Daniel Rothman (Org.). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. 1. ed. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

VORMITTAG, Evangelina; OLIVEIRA, Maria; GLERIANO, Josué. Avaliação de saúde da população de Barra Longa afetada pelo desastre de Mariana, Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 21, 2018.

WCD. World Commission on Dams. Dams and Development: a new framework for decision making. In: WCD. *The Report of the World Commission on Dams*. London: Earthscan, 2000.

ZHOURI, Andréa *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 68, n. 3, 2016.

ZHOURI, Andréa. Introdução. In: ZHOURI, Andréa (Org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto a produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed., Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZHOURI, Andréa. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da ecologia política. In: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio. *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena*. Belém: NAEA; UFPA, 2019. p. 43-52.